

AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridades para 2022
Emprego, Direitos, Democracia e Vida

INTERSINDICAL
INSTITUTO DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

CSP
Contútas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

CSB
CENTRAL DOS SINDICATOS
BRASILEIROS

CTB
Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil

CUT
BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

**FORÇA
SINDICAL**

UGT
União Geral dos
Trabalhadores

NCST
NOVA
CENTRAL

INTERSINDICAL
Central da Classe Trabalhadora

PÚBLICA
CENTRAL DO SERVIDOR
Movimento permanente em defesa do servidor



EXPEDIENTE

CSB - www.csb.org.br

CSP Conlutas - www.cspconlutas.org.br

CTB - www.ctb.org.br

CUT - www.cut.org.br

Força Sindical - www.fsindical.org.br

Intersindical - www.intersindical.org.br

Intersindical Central - www.intersindicalcentral.com.br

NCST - www.ncst.org.br

Publica Central do Servidor - www.publica.org.br

UGT - www.ugt.org.br

ASSESSORIAS

DIAP - www.diap.org.br

DIEESE - www.dieese.org.br

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da FENAE, SINDJUS-DF e SINDILEGIS para a edição desta publicação.

SUMÁRIO

Apresentação	5
Siglas	7
Entenda a ficha de cada proposição	10
Medidas e projetos em tramitação - Destaques para 2022	11
Trabalho e Renda	11
MP 1076/2021 - Auxílio Brasil	11
MP 1091/2021 - Salário-Mínimo	12
MP 1099/2022 - Programa de Serviço Voluntário	13
MP 1095/2021 - Empregos na indústria química - Fim do Regime Especial da Indústria Química	14
PL 6160/2019 - Dificulta o acesso à justiça gratuita	16
PL 1418/2021 - Carteira Verde e Amarela - Reedição das MPs 905/2019 e 1045/2021	17
PL 3748/2020 - Trabalho sob demanda (Aplicativos)	18
PL 3754/2020 - Trabalho sob demanda (Aplicativos)	19
PL 3055/2021 - Aplicação do trabalho intermitente para trabalhadores em plataforma	20
PL 3512/2020 - Garantia de direitos aos trabalhadores em regime de teletrabalho ..	21
PL 5228/2019 - Nova Lei do Primeiro Emprego	22
PL 1558/2021 (No Senado, PLC 130/2011) - Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres	23
PLP 136/2021 - Simples Trabalhista	24
PL 2383/2021 - Redução a multa do FGTS para 20%	25
PLS 396/2018 - Correção dos débitos trabalhistas	26
Reforma Tributária e Fiscal	27
PEC 45/2019 - Reforma tributária	27
PEC 110/2019 - Reforma tributária	28
PL 2337/2021 - Imposto de Renda	29
PL 3887/2021 - Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) - Unificação do PIS/Cofins	30
Meio Ambiente e Agricultura	31
PL 3729/2004 - Lei Geral de Licenciamento Ambiental	31
PL 191/2020 - Mineração em Terras indígenas	32
PL 2633/2020 - Regularização fundiária	33
PL 6299/2002 - Flexibiliza a utilização de agrotóxico no País	34

Reforma do Estado e Privatizações	35
PEC 32/2020 - Reforma Administrativa	35
PEC 373/2017 - Teto de Gastos	36
PEC 122/2015 - Proibir a criação ou o aumento de despesa que não conste da lei orçamentária anual	37
PL 591/2021 - Privatização do Correios	38
PL 7488/2017 - Extingue o monopólio dos serviços postais	39
PL 2751/2020 - Novas regras do FGTS no pós-pandemia	40
PL 714/2020 - Saque emergencial de valores do FGTS	41
PL 6223/2016 - Remuneração das contas do FGTS	42
PL 6072/2019 - Bolsa Família e Renda Básica Universal	43
PL 4856/2019 - Programa Renda Básica Universal	44
PL 6323/2016 - Acesso à Justiça Gratuita pelos Trabalhadores	45
Democracia	46
PL 1595/2019 - Criminalização do Movimento Sindical	46
PL 2630/2020 - Combate às Fake News	47
Demais temas relevantes para os (as) trabalhadores (as)	48
Medidas e propostas em tramitação no Congresso Nacional	48
Síntese das demais proposições relevantes que serão acompanhadas pelas Centrais Sindicais	49
Educação	49
Indígenas	49
LGBTFobia	50
Moradia	50
Racismo	50
Redução da pobreza	51
Saúde	51
Trabalho infantil	51
Legalização dos jogos	52
Previdência Social	52
Combustíveis	52
Automação e tecnologia	53
Anexo 1 - Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal 2022	55
Anexo 2 - Relação dos presidentes e líderes partidários na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e no Congresso Nacional	62
Câmara dos Deputados	62
Senado Federal	67

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que as Centrais Sindicais – CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB, Intersindical Central, CSP Conlutas, Intersindical IL e Publica - apresentam a 2ª edição da Agenda Legislativa, elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

O objetivo da Agenda é subsidiar a ação sindical institucional de diálogo junto aos parlamentares e à sociedade em geral sobre os temas conjunturais e estratégicos que estão em tramitação no Congresso Nacional, seja na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.

A Agenda Legislativa está dividida em dois blocos de medidas e projetos. O primeiro apresenta as Prioridades Legislativas 2022 orientadas pelos temas “Emprego, Direitos, Democracia e Vida” que são os eixos estratégicos da atuação unitária das Centrais Sindicais para o ano, inclusive de estruturação da Pauta da Classe Trabalhadora 2022. Para cada medida ou projeto destacado, indica-se o posicionamento favorável ou contrário e as recomendações das Centrais sobre cada proposição em tramitação no Congresso Nacional.

O segundo bloco reúne projetos ou medidas relacionados à temas que tem mobilizado a sociedade como o racismo estrutural, o avanço do desmatamento, a liberação de agrotóxicos, a violência e ocupação de terras indígenas, a exploração do trabalho infantil, a igualdade salarial entre homens e mulheres, as políticas de combate à violência de gênero, doméstica, familiar e a LGBTfobia.

O trabalho das Centrais Sindicais no Congresso Nacional também é subsidiado por um Mapeamento completo dos projetos que tramitam no Congresso Nacional.

A Agenda Legislativa das Centrais Sindicais é permanentemente atualizada com novos projetos e medidas apresentados, com a revisão do posicionamento em relação aos projetos e medidas em tramitação. A atualização dessa Agenda e do mapeamento completo de mais de uma centena de propostas que tramitam no Congresso Nacional está disponível no site do DIAP (www.diap.org.br).

O trabalho legislativo das Centrais Sindicais conta com a assessoria técnica do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com a atuação de dirigentes e assessores das Centrais Sindicais, articulados no espaço do Fórum das Centrais Sindicais.

Nesta edição da Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional, estão destacadas 36 proposições em fase avançada de tramitação legislativa, sendo 22 em tramitação na Câmara dos Deputados e 14 no Senado Federal, e que impactam diretamente os trabalhadores e as trabalhadoras em diferentes aspectos do mundo do laboral, do movimento sindical e do sistema de relações de trabalho.

As medidas ou propostas legislativas em tramitação destacadas nesta agenda contém o tipo e o número da proposição, o autor, o resumo do tema, a tramitação atual, os próximos passos que serão ou poderão ser percorridos no Congresso Nacional e o posicionamento sindical.

A atuação das Centrais Sindicais e das suas entidades de base (sindicatos, federações e confederações) no Congresso Nacional, têm demonstrado e confirmado a relevância da atuação sindical junto ao trabalho parlamentar, assim como a importância da iniciativa de manter diálogo social aberto com os partidos políticos, parlamentares e líderes de bancadas.

Esperamos que esse trabalho fortaleça nossa interlocução na busca da ampliação da proteção social e trabalhista, na geração de empregos de qualidade e o crescimento dos salários e dos rendimentos oriundos do trabalho, no desenvolvimento econômico inclusivo e ambientalmente sustentável, na valorização dos sindicatos e da negociação coletiva, no combate às desigualdades e na promoção da justiça social, da liberdade e da proteção do Estado Democrático e Social de Direito.

SIGLAS

CD – Câmara dos Deputados
SF – Senado Federal
CN – Congresso Nacional
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLP – Projeto de Lei Complementar
PL – Projeto de Lei
MPV – Medida Provisória
PLV – Projeto de Lei de Conversão
PDL – Projeto de Decreto Legislativo
REQ – Requerimento
RIC – Requerimento de Informação

Comissões Permanentes Câmara dos Deputados

CAPADR – Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
CCTCI – Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CCULT – Comissão de Cultura
CDC – Comissão de Defesa do Consumidor
CMULHER – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
CIDOSO – Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa
CPD – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CDU – Comissão de Desenvolvimento Urbano
CDEICS – Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias
CE – Comissão de Educação
CESPO – Comissão do Esporte
CFT – Comissão de Finanças e Tributação
CFFC – Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
CINDRA – Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia
CLP – Comissão de Legislação Participativa
CMADS – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
CME – Comissão de Minas e Energia
CREDN – Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCO – Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família
CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público
CTUR – Comissão de Turismo
CVT – Comissão de Viação e Transportes

Comissões Permanentes Senado Federal

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
CDIR - Comissão Diretora do Senado Federal
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura

CMA – Comissão de Meio Ambiente

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CSF – Comissão Senado do Futuro

CSP - Comissão de Segurança Pública

CTFC – Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Comissões Mistas Permanentes Congresso Nacional

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

CMCF – Comissão Mista de Consolidação da Legislação Federal

CMCPLP – Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidades dos Países de Língua Portuguesa

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

CMMIR – Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

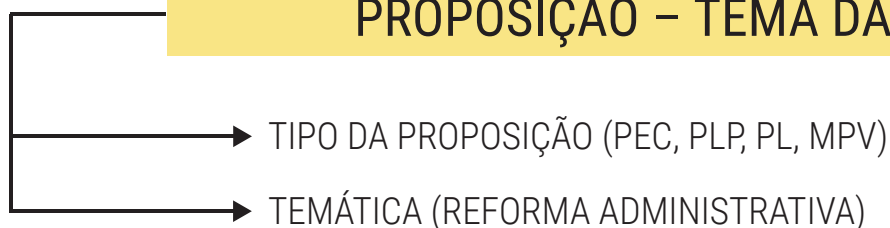
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CPCMS – Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

FIPA – Comissão Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

ENTENDA A FICHA DE CADA PROPOSIÇÃO

PROPOSIÇÃO – TEMA DA PROPOSTA



O QUE É

Menciona o autor da proposição e faz um resumo sobre o conteúdo da proposta legislativa.

ONDE TRAMITA

Informa a Casa onde tramita. E traz outras informações mais detalhadas referente ao relator e situação do parecer, por exemplo.

POSICIONAMENTO

Favorável ou Contrário com apontamento de ressalva para cada posicionamento apontado para cada proposição priorizada.

PRÓXIMAS ETAPAS

Órgão onde tramita atualmente. E as próximas etapas de tramitação na Casa Legislativa – Câmara dos Deputados ou Senado Federal



MEDIDAS E PROJETOS EM TRAMITAÇÃO DESTAQUES PARA 2022

TRABALHO E RENDA

AUXÍLIO BRASIL

MP 1076/2021, de autoria do Poder Executivo, que institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil no valor de R\$ 400,00. A medida apresenta as especificidades do Benefício Extraordinário: a) calculado a partir da soma dos Benefícios Primeira Infância, Composição Familiar, Superação da Extrema Pobreza e Compensatório de Transição; b) equivalente ao valor necessário para alcançar a quantia de R\$ 400,00; e c) sem caráter continuado do benefício.

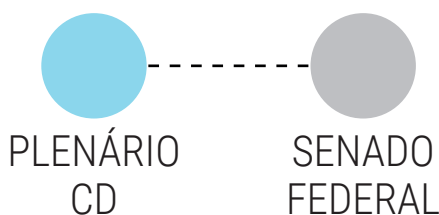
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação de parecer para discussão e votação no plenário.

POSICIONAMENTO

Favorável com alteração. Apoio às emendas apresentadas que propõem o aumento do valor do benefício para R\$ 600; a extensão da cobertura para toda a população vulnerável economicamente; e a definição do caráter permanente e articuladas políticas assistenciais e sociais (educação, saúde, etc).

PRÓXIMAS ETAPAS



SALÁRIO-MÍNIMO

MP 1091/2021, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022. A medida estabelece a correção do salário-mínimo que passa a ser de R\$ 1.200,00.

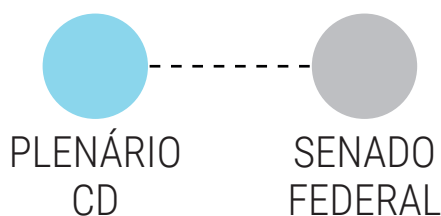
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação de parecer para discussão e votação no plenário.

POSICIONAMENTO

Favorável com alteração. Apoio às emendas apresentadas que retomam a Lei 13.152/2015 que estabeleceu a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que vigorou até 2019.

PRÓXIMAS ETAPAS



PROGRAMA DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO

MP 1099/2022, de autoria do Poder Executivo, que cria o programa de serviço voluntário nos municípios sem a garantia de direitos trabalhistas.

A proposta estabelece que os municípios participantes poderão ofertar vagas em atividades de interesse público, que não sejam privativas de profissões regulamentadas ou de competência de cargos ou empregos público da pessoa jurídica ofertante, para jovens de 18 a 29 anos e trabalhadores com idade acima de 50 anos que estejam há mais de 24 meses sem emprego formal.

Mas como condição a medida prevê explicitamente que não haverá a necessidade de concurso e a seleção para participar do programa não gera a criação de vínculo empregatício.

O programa tem caráter temporário, com duração até 31 de dezembro de 2022.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação de parecer para discussão e votação no plenário.

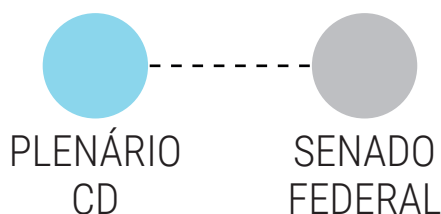
A medida provisória ressuscita o conteúdo da MP 1045/2021 que transformava o programa temporário emergencial e de manutenção de emprego e da renda em uma ampla reforma trabalhista quando, dentre as mudanças feitas pelo relator, deputado Christino Áureo (PP-RJ), a inclusão desse programa de serviço voluntário sem nenhuma garantia de direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores.

Chegou até ser aprovada na Câmara dos Deputados, mas foi rejeitada pelos senadores no plenário do Senado Federal.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



EMPREGOS NA INDÚSTRIA QUÍMICA FIM DO REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

MP 1095/2021, de autoria do Poder Executivo, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas.

Vale ressaltar que o Congresso Nacional já se debruçou sobre esta matéria ao apreciar as alterações legislativas contidas em outra MP, a de nº 1.034/2021, editada em 1º de março, oportunidade em que foi refutada, por ambas as Casas, a revogação integral e imediata do REIQ, como constava do texto da citada MPV, e restou estipulado que as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as operações com nafta fossem progressivamente majoradas até dezembro de 2024, sendo o benefício extinto somente a partir de janeiro de 2025.

O projeto de conversão em lei aprovado no Congresso Nacional, com a previsão da extinção gradual do REIQ, foi sancionado pelo Presidente da República e transformado na Lei nº 14.183, publicada em 14 de julho de 2021.

A MPV 1.095/2021, editada após menos de seis meses da publicação da Lei nº 14.183, contém exatamente a mesma previsão de revogação imediata do REIQ que constava da MPV 1.034/2021, sendo que esta medida, conforme acima mencionado, foi rechaçada pelo Poder Legislativo.

ONDE TRAMITA

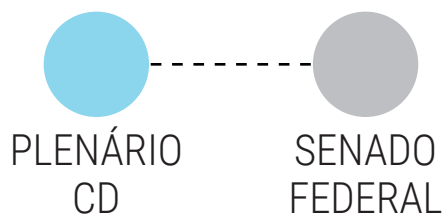
Na Câmara dos Deputados, aguarda designação de relator para apresentação de parecer para discussão e votação no plenário.

EMPREGOS NA INDÚSTRIA QUÍMICA FIM DO REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



DIFICULTA O ACESSO À JUSTIÇA GRATUITA

PL 6160/2019, de autoria do Poder Executivo, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.

A proposta traz inúmeras supressões de direitos, inclusive reduzindo a possibilidade da concessão da gratuidade judiciária. Além disso, outro ponto preocupante do projeto é a parte que altera o processo administrativo do INSS, com normas que visam à redução no valor de processos e a dificuldade do acesso à justiça em situações em que o segurado dispõe de deficiência de provas.

Tais medidas afetam diretamente milhões de aposentados e pensionistas, além do conjunto dos brasileiros que utilizam a Justiça Federal.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados tramita apensado ao PL 5266/2019 e aguarda formação de comissão temporária para deliberação da matéria.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



CARTEIRA VERDE E AMARELA REEDIÇÃO DAS MPS 905/2019 E 1045/2021

PL 1418/2021, de autoria do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), que institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, concedendo incentivos fiscais e redução da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em caso de contratação de jovens entre dezoito e vinte e nove anos de idade, em novos postos de trabalho, para fins de registro do primeiro emprego.

A proposta é a reedição da Medida Provisórias 905/2019 e 1045/2021 que, respectivamente, caducou e foi rejeitada na íntegra pelos senadores na fase de tramitação da matéria no plenário do Senado Federal.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



TRABALHO SOB DEMANDA (APLICATIVOS)

PL 3748/2020, de autoria da deputada Tabata Amaral (PDT-SP) e outros, que institui o regime de trabalho sob demanda.

ONDE TRAMITA

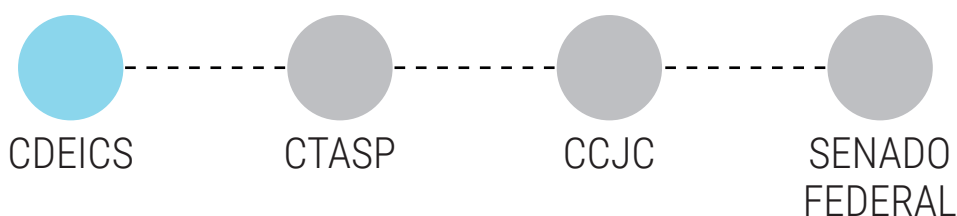
Na Câmara dos Deputados, a matéria tramita apensada ao PL 5069/2019 entre outros, de autoria do deputado Gervásio Maia (PSB-PB), que aguarda parecer do relator, deputado Augusto Coutinho (SD-PE), na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS). Entre os apensados, observa-se as proposições que enquadram os trabalhadores em plataforma na modalidade de trabalho intermitente.

POSICIONAMENTO

Contrário.

Defendemos a efetiva garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, o que pode ser feito inclusive com o aperfeiçoamento da Lei 14.297/2022, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que estabelece regras emergenciais de proteção a entregadores de serviços de aplicativo durante a emergência em saúde pública causada pela pandemia de covid-19, apontada como prioridade pelas Centrais Sindicais na agenda legislativa 2021.

PRÓXIMAS ETAPAS



TRABALHO SOB DEMANDA (APLICATIVOS)

PL 3754/2020, de autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE), que institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda.

A matéria tem o mesmo conteúdo da proposta apresentada na Câmara dos Deputados pela deputada Tabata do Amaral (PDT-SP).

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, o projeto aguarda despacho para as comissões pelo presidente do Senado Federal.

POSICIONAMENTO

Contrário.

Defendemos a efetiva garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, o que pode ser feito inclusive com o aperfeiçoamento da Lei 14.297/2022, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que estabelece regras emergenciais de proteção a entregadores de serviços de aplicativo durante a emergência em saúde pública causada pela pandemia de covid-19, apontada como prioridade pelas Centrais Sindicais na agenda legislativa 2021.

APLICAÇÃO DO TRABALHO INTERMITENTE PARA TRABALHADORES EM PLATAFORMA

PL 3055/2021, de autoria do Senador Acir Gurgacz (PDT-RO), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 para dispor sobre as relações de trabalho entre as empresas operadoras de aplicativos ou outras plataformas eletrônicas de comunicação em rede e os condutores de veículos de transporte de passageiros ou de entrega de bens de consumo, e dá outras providências.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, o projeto aguarda despacho para as comissões pelo presidente do Senado Federal.

POSICIONAMENTO

Contrário.

Defendemos a garantia de direitos trabalhistas, previdenciários e um caráter permanente com aperfeiçoamento da Lei 14.297/2022, de autoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que estabelece regras emergenciais de proteção a entregadores de serviços de aplicativo durante a emergência em saúde pública causada pela pandemia de covid-19, apontada como prioridade pelas Centrais Sindicais na agenda legislativa 2021.

GARANTIA DE DIREITOS AOS TRABALHADORES EM REGIME DE TELETRABALHO

PL 3512/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE-ES), que revoga o inciso III, do art. 62, altera o art. 75-D, e acrescenta o art. 75-F ao Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para detalhar as obrigações do empregador na realização do teletrabalho.

Obriga o empregador a fornecer e manter os equipamentos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho em regime de teletrabalho, ressalvado o disposto em acordo coletivo, bem como a reembolsar o empregado pelas despesas de energia elétrica, telefonia e internet. Torna os empregados em regime de teletrabalho sujeitos às normas relativas à jornada de trabalho dos trabalhadores em geral.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, a matéria aguarda despacho do presidente do Senado Federal.

POSICIONAMENTO

Favorável.

NOVA LEI DO PRIMEIRO EMPREGO

PL 5228/2019, de autoria do senador Irajá (PSD-TO), que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências.

A matéria retomada de forma parcial a MP 905/2019, que instituía o "Contrato de Trabalho Verde e Amarelo" que flexibilizava direitos dos trabalhadores com a justificativa de facilitar a contratação no primeiro emprego.

O projeto prevê contrato especial destinado exclusivamente a trabalhadores matriculados em cursos de graduação ou de educação profissional e tecnológica que nunca tenham tido emprego com carteira assinada. A duração desse contrato especial foi estabelecida em 12 meses.

Não haverá incidência de encargos sobre os salários, salvo FGTS e contribuição para o INSS – com alíquotas favorecidas. As alíquotas do INSS serão de 1% quando o empregador for Microempreendedor Individual, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte; ou 2%, quando o empregador for pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido. Além disso, quando houver a rescisão, ainda que antecipada, não seria devido aviso prévio, seguro-desemprego e nem a indenização de FGTS.

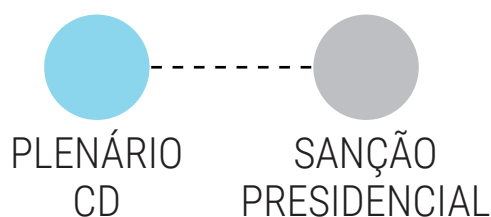
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria tramita apensada ao PL 6930/2006, e aguarda parecer do relator, deputado Gilson Marques (NOVO-SC) pela inconstitucionalidade do projeto e de todos os apensados.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



IGUALDADE SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES

PL 1558/2021 (No Senado, PLC 130/2011), de autoria do ex-deputado Marçal Filho (MDB-MS), que acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

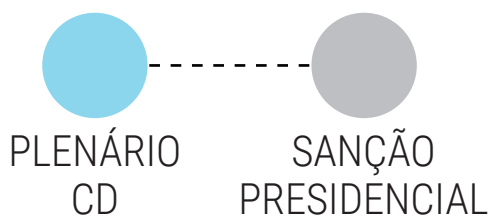
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda no plenário o exame das mudanças aprovadas pelo Senado Federal.

POSICIONAMENTO

Favorável.

PRÓXIMAS ETAPAS



SIMPLES TRABALHISTA

PLP 136/2021, de autoria do deputado Darci de Matos (PSD-SC), que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para instituir o Simples Trabalhista. A proposta busca flexibilizar direitos trabalhistas como proporcionar descontos nas obrigações com os trabalhadores.

Prevê divisão do pagamento de férias e 13º, a divisão de débitos trabalhistas por condenação judicial em até 60 meses e também redução progressiva do depósito por interposição de recursos.

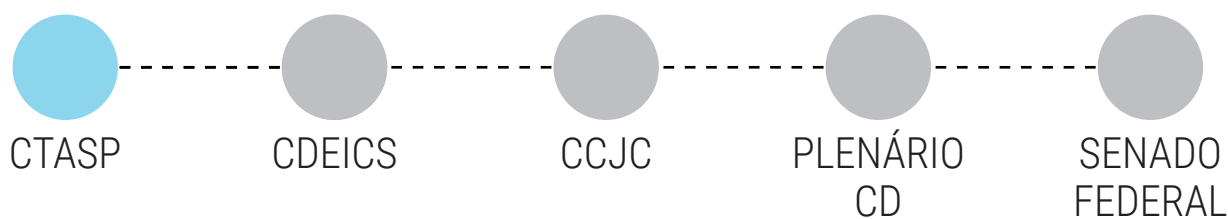
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda indicação de relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



REDUÇÃO A MULTA DO FGTS PARA 20%

PL 2383/2021, de autoria do deputado Nereu Crispim (PSL-RS), que altera a Lei nº 8.036 de 1990 que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para que quando o contrato de trabalho for extinto sem justa causa, o pagamento da multa sobre o saldo da conta vinculada ao FGTS seja reduzido para 20% (vinte por cento).

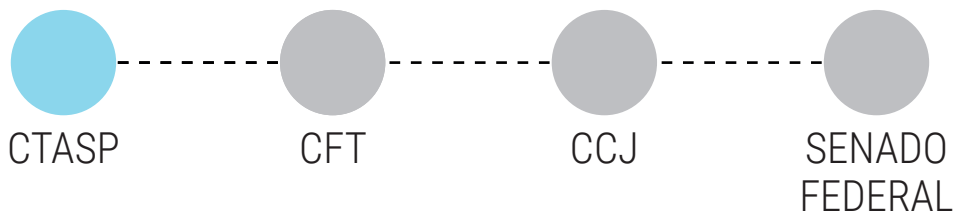
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Silvio Consta Filho (REPUBLICANOS-PE) na Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público (CTASP).

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



CORREÇÃO DOS DÉBITOS TRABALHISTAS

PLS 396/2018, de autoria do senador Lasier Martins (PSD-RS), que altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

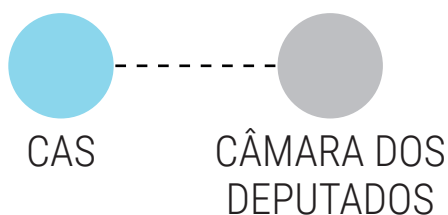
ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda discussão e votação, de forma terminativa, o parecer do relator, senador Paulo Paim (PT-RS), pela aprovação com mudança, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

POSICIONAMENTO

Favorável.

PRÓXIMAS ETAPAS



REFORMA TRIBUTÁRIA E FISCAL

REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC 45/2019, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e outros, que altera o Sistema Tributário Nacional. A proposição propõe a substituição de cinco tributos, o IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria teve parecer aprovado com uma proposta consensual apresentada pelo relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Comissão Mista Especial. Em decisão da Mesa Diretora publicada no dia 04/05/2021, o presidente da Casa, deputado Arthur Lira (PP-AL), avocou a proposta direto para o plenário onde aguarda inclusão na pauta para apresentação de parecer para discussão e votação em dois turnos.

POSICIONAMENTO

Favorável com alterações, se admitidas as alterações propostas na Emenda nº 178, da Reforma Justa e Solidária.

PRÓXIMAS ETAPAS



REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC 110/2019, de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) e outros, apresentada a pedido do Governo Federal, que altera o Sistema Tributário Nacional com substituição de nove tributos, o IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, CIDE-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS, ISS.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, a matéria aguarda votação do parecer do relator, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), pela aprovação com substitutivo, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).

POSICIONAMENTO

Favorável com alterações, se admitidas as alterações propostas na Emenda nº178, da Reforma Justa e Solidária como foi apresentada na Câmara dos Deputados.

PRÓXIMAS ETAPAS



IMPOSTO DE RENDA

PL 2337/2021, de autoria do Poder Executivo, que altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das Pessoas Físicas e das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, a proposta aguarda parecer do relator, senador Ingo Coronel (PSD-BA), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

POSICIONAMENTO

Contrário, salvo alterações sugeridas na Emenda nº 178, da Reforma Tributária Justa e Solidária apresentada as propostas de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

PRÓXIMAS ETAPAS



CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE OPERAÇÕES COM BENS E SERVIÇOS (CBS) UNIFICAÇÃO DO PIS/COFINS

PL 3887/2021, de autoria do Poder Executivo, que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal.

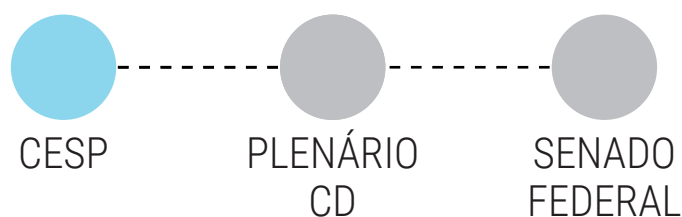
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputado, aguarda constituição de Comissão Temporária para deliberação da matéria. Houve regime de urgência, mas foi retirado pelo governo.

POSICIONAMENTO

Contrário, salvo alterações sugeridas na Emenda nº 178, da Reforma Tributária Justa e Solidária apresentada as propostas de reforma tributária em tramitação na Câmara dos Deputados e Senado Federal.

PRÓXIMAS ETAPAS



MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA

LEI GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PL 3729/2004, de autoria do deputado Luciano Zica (PT-SP) e outros -, dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências.

ONDE TRAMITA

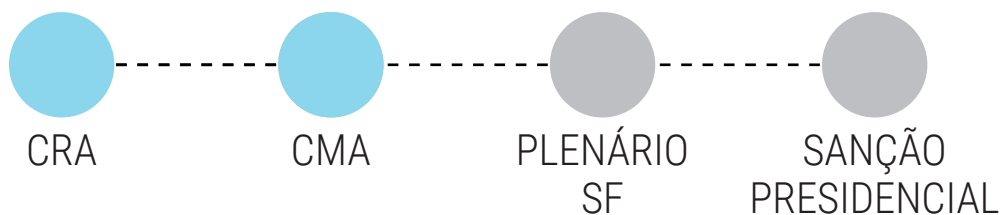
No Senado Federal a proposta tramita simultaneamente nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Meio Ambiente (CMA). No primeiro colegiado a matéria conta com a relatoria da senadora Kátia Abreu (PP-TO).

POSICIONAMENTO

Contrário.

A proposta original foi alterada profundamente pelo relator, deputado Neri Geller (PP-MT), na forma de Subemenda Substitutiva Global, durante a tramitação no plenário da Câmara dos Deputados.

PRÓXIMAS ETAPAS



MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

PL 191/2020, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. O projeto autoriza a mineração em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

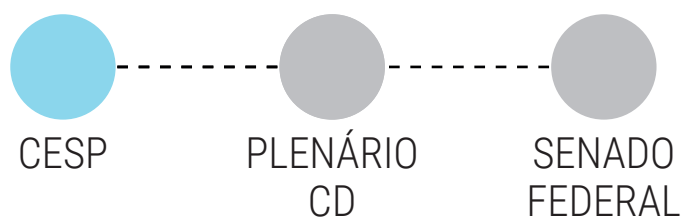
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a proposta aguarda criação de Comissão Temporária.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

PL 2633/2020, de autoria do deputado Zé Silva (SD-MG), que simplifica a regularização fundiária herdada da MP 910/2019. A proposta abre as portas para a regularização fundiária das terras da União por autodeclaração, além de anistiar grileiros e criminosos ambientais.

ONDE TRAMITA

No Senado Federal, apensado ao PL 510/2021, de autoria do senador Irajá Abreu (PSD-TO), que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, aguarda votação do parecer relator, Senador Carlos Fávaro (PSD/MT) na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal. Em seu parecer o senador rejeita o PL 2633/2020 e aprova, com emendas, o PL 510/2021.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



FLEXIBILIZA A UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO NO PAÍS

PL 6299/2002, de autoria do ex-senador Blairo Maggi (PP-MT), que a proposta altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

A proposta revoga a atual Lei dos Agrotóxicos e flexibiliza as regras de aprovação e comercialização desses produtos químicos, repercute entre os senadores que, em breve, deverão analisar a proposta. A matéria retornou para votação final no Senado Federal.

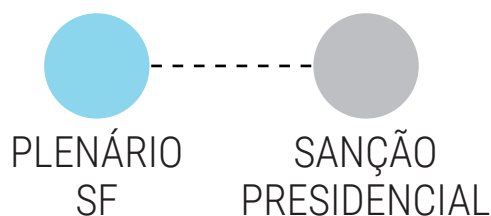
ONDE TRAMITA

No Senado Federal, aguarda designação de relator para apreciação das alterações realizadas durante a tramitação na Câmara dos Deputados.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



REFORMA DO ESTADO E PRIVATIZAÇÕES

REFORMA ADMINISTRATIVA

PEC 32/2020, de autoria do Poder Executivo, que altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa.

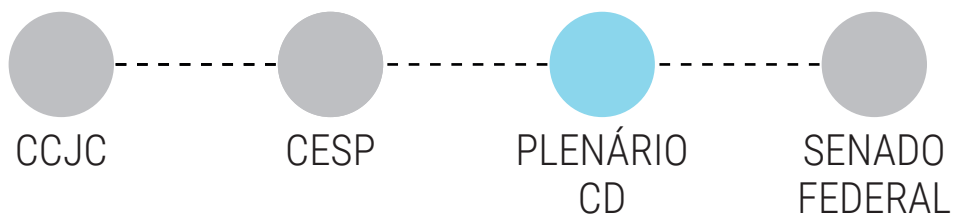
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada na Comissão Especial e aguarda deliberação no plenário da Câmara dos Deputados. A proposta necessita de 308 votos em dois turnos para ser aprovada em plenário e posteriormente analisada no Senado Federal.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



TETO DE GASTOS

PEC 373/2017, de autoria do deputado Pedro Uczai (PT-SC) e outros, que altera o Ato das Disposições Transitórias para excluir Educação, Saúde e Segurança Pública do teto de gastos imposto pelo Novo Regime Fiscal, Emenda Constitucional 95.

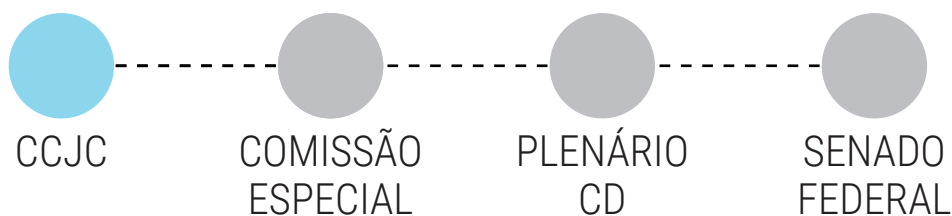
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria está apensada à PEC 370/2017, que aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

POSICIONAMENTO

Favorável. Defendemos a revogação ampla do teto de gastos.

PRÓXIMAS ETAPAS



PROIBIR A CRIAÇÃO OU O AUMENTO DE DESPESA QUE NÃO CONSTE DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

PEC 122/2015, de autoria da ex-senadora Ana Amélia (PP-RS), que acrescenta §§ 6º e 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como para proibir a criação ou o aumento de despesa que não conste da lei orçamentária anual ou do projeto de lei orçamentária anual enviado pelo chefe do Poder Executivo.

A proposta pode inviabilizar a aprovação de projetos que buscam fixar despesas para estados, municípios e o Distrito Federal, entre eles, os que fixam pisos para categorias profissionais.

ONDE TRAMITA

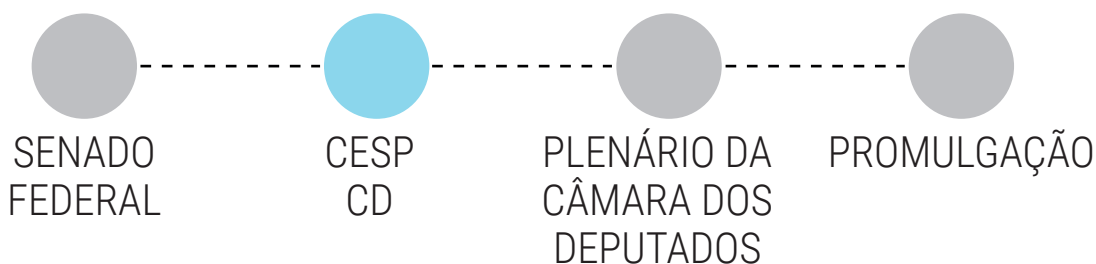
Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada na Comissão Especial e aguarda votação do plenário da Casa.

POSICIONAMENTO

Contrário.

Defendemos uma ampla revisão das Emendas Constitucionais nº 95/2016 e 109/2021 que instituiu o teto de gastos e criou gatilhos fiscais, respectivamente, além de medidas estruturais para reorganização do orçamento público.

PRÓXIMAS ETAPAS



PRIVATIZAÇÃO DO CORREIOS

PL 591/2021, que de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais.

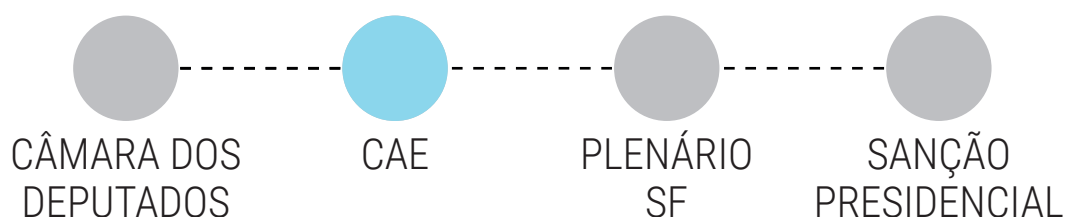
ONDE TRAMITA

Aprovada na Câmara dos Deputados, a proposta foi encaminhada ao Senado Federal onde aguarda votação do parecer do relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



EXTINGUE O MONOPÓLIO DOS SERVIÇOS POSTAIS

PL 7488/2017, de autoria do deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), que altera a Lei nº 6.538, de 1978, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, para extinguir o monopólio dessas atividades.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, tramita de forma conclusiva, e aguarda parecer do relator, deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI).

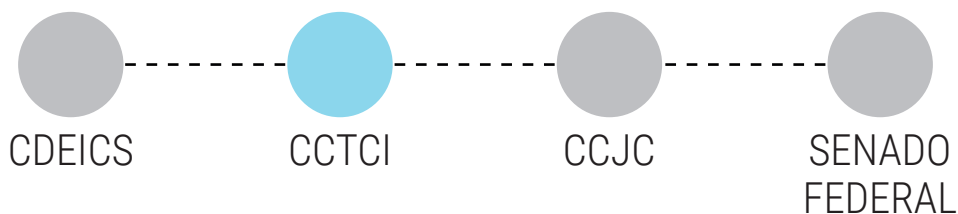
A matéria teve parecer aprovado do relator, deputado Alexis Fonteyne (NOVO-SP), na forma de substitutivo, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Tramita apensado o PL 4110/2019, da deputada Caroline de Toni (PSL-SC), que altera a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, para autorizar qualquer empresa a exploração de serviços postais e de telegrama, eliminando o monopólio estatal dessas atividades.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



NOVAS REGRAS DO FGTS NO PÓS-PANDEMIA

PL 2751/2020, de autoria dos deputados Lucas Gonzalez (NOVO-MG) e Alexis Fonteyne (NOVO-SP), que altera a Lei nº 8.036/90, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o pagamento do Fundo Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante o período pós-pandemia do Coronavírus.

A proposta permite negociar coletivamente a redução da contribuição para o FGTS, convertendo parte dela em salário. Esse projeto reduz a capacidade de financiamento do FGTS.

ONDE TRAMITA

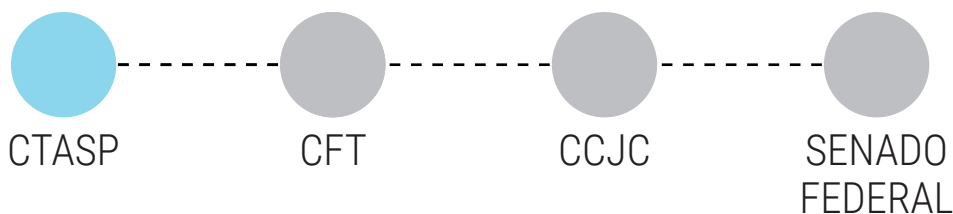
Apoiamos o Requerimento nº 139/2021, de autoria do deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), aprovado na CTASP, que propôs a criação de uma Subcomissão Especial no âmbito do colegiado para avaliar todas as propostas em tramitação sobre o FGTS.

POSICIONAMENTO

Contrário.

Apoiamos o requerimento de autoria do deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE) que propõe a criação de uma subcomissão no âmbito do colegiado para avaliar todas as propostas em tramitação sobre o FGTS.

PRÓXIMAS ETAPAS



SAQUE EMERGENCIAL DE VALORES DO FGTS

PL 714/2020, de autoria da deputada Patrícia Ferraz (PODE-AP) e outros -, que permite o saque emergencial de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em razão da pandemia de Coronavírus (2019-nCoV). Permite o saque emergencial de recursos até o limite do teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional de Seguro Social em 2020.

ONDE TRAMITA

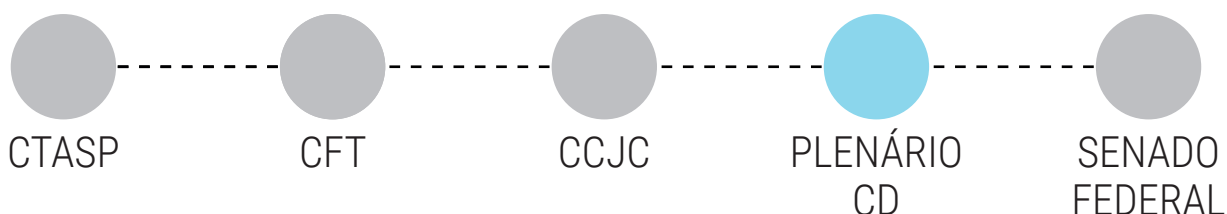
Na Câmara dos Deputados, tramita em regime de urgência, e em função de rito, aguarda parecer na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) do relator, deputado Heitor Schuch (PSB- RS); de parecer da relatora, deputada Alê Silva (PSL-MG), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT); e aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); para votação direto no plenário da Casa.

POSICIONAMENTO

Contrário.

Apoiamos o Requerimento nº 139/2021, de autoria do deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), aprovado na CTASP, que propôs a criação de uma Subcomissão Especial no âmbito do colegiado para avaliar todas as propostas em tramitação sobre o FGTS.

PRÓXIMAS ETAPAS



REMUNERAÇÃO DAS CONTAS DO FGTS

PL 6223/2016, de autoria do deputado Fausto Pinato (PP-SP), que equipara a remuneração dos saldos das contas vinculadas do FGTS e dos depósitos nessas contas à remuneração dos depósitos de poupança e dá outras providências.

ONDE TRAMITA

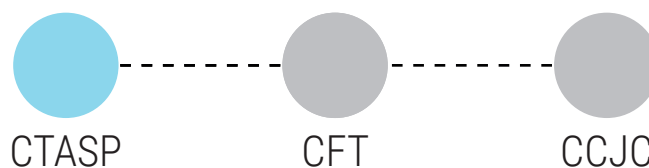
Na Câmara dos Deputados, aguarda parecer do relator, deputado Sanderson (UNIÃO-RS), na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP).

POSICIONAMENTO

Contrário.

Apoiamos o Requerimento nº 139/2021, de autoria do deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), aprovado na CTASP, que propôs a criação de uma Subcomissão Especial no âmbito do colegiado para avaliar todas as propostas em tramitação sobre o FGTS.

PRÓXIMAS ETAPAS



BOLSA FAMÍLIA E RENDA BÁSICA UNIVERSAL

PL 6072/2019, de autoria da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reformular os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza. Prevê o desligamento voluntário de famílias beneficiárias e o retorno automático ao Programa. Revoga o art. 2º, o art. 2º-A, o parágrafo único do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e dá outras providências.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda parecer do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), na Comissão Especial.

Tramita de forma conclusiva, sem a necessidade de votação no plenário, salvo apresentação de recurso pelos parlamentares.

POSICIONAMENTO

Favorável.

PRÓXIMAS ETAPAS



PROGRAMA RENDA BÁSICA UNIVERSAL

PL 4856/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que cria o Programa Renda Básica Universal.

A proposta pretende conceder uma renda mensal de meio salário mínimo a pessoas de todas as idades em condição de vulnerabilidade ou extrema vulnerabilidade, independentemente da existência de outro benefício financeiro.

O texto garante o benefício a pessoas de 0 a 64 anos cuja renda varie de nenhuma até a renda familiar de um salário mínimo per capita, conforme o caso. Idosos com 65 anos ou mais terão garantido o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da seguridade social.

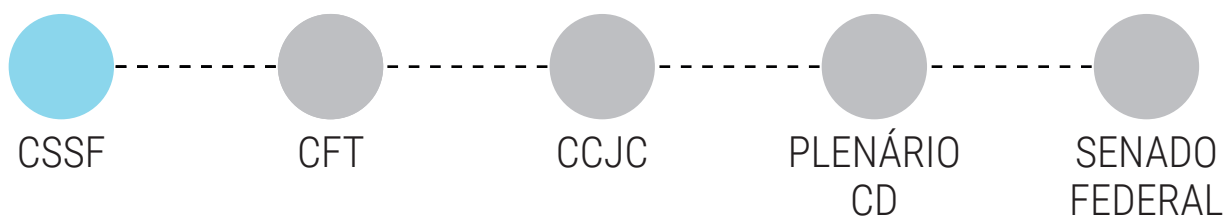
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, foi designado o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR) para relatar a proposta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

POSICIONAMENTO

Favorável.

PRÓXIMAS ETAPAS



ACESSO À JUSTIÇA GRATUITA PELOS TRABALHADORES

PL 6323/2016, de autoria do deputado Mauro Lopes (MDB-MG), que dá nova redação a dispositivos do art. 790, 790-B, 844 e 899 e acrescenta um art. 844-A à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre processo do trabalho.

A proposta foi apresentada antes da reforma trabalhista prevista na Lei nº 13.467, de 13 de julho 2017 e contém algumas propostas de alteração da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) semelhantes às que foram aprovadas na reforma.

Nesse sentido, propõe: limitar a concessão da justiça gratuita; limitar a uma única vez a possibilidade de reapresentar reclamação objeto de arquivamento e exigir o recolhimento das custas relativas à reclamação arquivada; alterar regra sobre efeitos da revelia; e determinar que o depósito recursal seja feito em conta vinculada ao juízo.

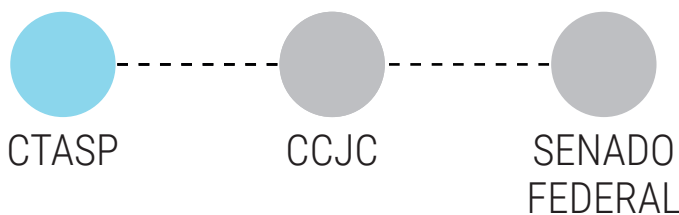
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria aguarda votação do parecer do relator, deputado André Figueiredo (PDT-CE), pela aprovação com substitutivo, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

POSICIONAMENTO

Favorável, nos termos do parecer do relator.

PRÓXIMAS ETAPAS



DEMOCRACIA

CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

PL 1595/2019, de autoria do deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), que regulamenta as ações estatais para prevenir e reprimir ato terrorista no Brasil. Dentre os pontos da proposta, o texto passa a julgar atos contra a administração como crimes de natureza terrorista em todo o território nacional.

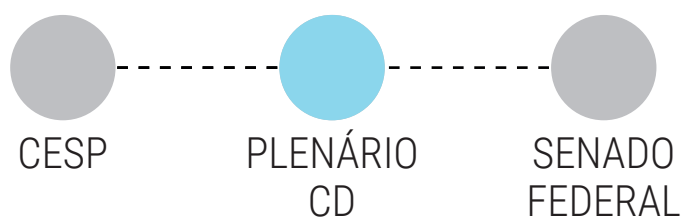
ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada na Comissão Especial sob a relatoria do deputado Sanderson (PSL-RS) e, atualmente, aguarda discussão e votação no plenário da Câmara dos Deputados.

POSICIONAMENTO

Contrário.

PRÓXIMAS ETAPAS



COMBATE ÀS FAKE NEWS

PL 2630/2020, de autoria do senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE), que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. A proposta cria obrigações e penalizações para a prática de notícias falsas na internet.

ONDE TRAMITA

Na Câmara dos Deputados, a matéria que tramita apensada a mais de uma dezena de projetos aguarda formação de comissão temporária para análise da matéria.

POSICIONAMENTO

Favorável com alterações propostas pelo relator do grupo de trabalho, Deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

PRÓXIMAS ETAPAS



DEMAIS TEMAS RELEVANTES PARA OS (AS) TRABALHADORES (AS)

MEDIDAS E PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

As Centrais Sindicais também destacam na Agenda Legislativa 2022 uma relação temática com medidas e projetos que têm alto impacto sobre a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Fazem parte desse leque de temas o racismo estrutural, os problemas ambientais e o desmatamento, a violência e ocupação de terras indígenas, ampliação do uso de agrotóxico, legalização dos jogos de azar e a exploração do trabalho infantil.

O combate às diversas formas de desigualdade entre homens e mulheres, o combate à violência de gênero, doméstica, familiar e a LGBTfobia são, entre outros, temas que as Centrais Sindicais dedicam atenção na sua atuação no Congresso Nacional.

SÍNTESE DAS DEMAIS PROPOSIÇÕES RELEVANTES QUE SERÃO ACOMPANHADAS PELAS CENTRAIS SINDICAIS

EDUCAÇÃO

PL 6494/2019, de autoria do deputado João Henrique Campos (PSB-PE), que permite que as instituições de ensino superior aproveitem os créditos obtidos por estudante na educação profissional técnica na modalidade presencial, sempre que o curso técnico e o superior forem de áreas afins, até o limite de 400 horas/aula. Aguarda indicação de relator na Comissão Especial.

MP 1090/2021, de autoria do Poder Executivo, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígios relativos à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies. Aguarda deliberação do plenário da Câmara dos Deputados.

PL 5595/2020, de autoria da deputada Paula Belmonte (CIDADANIA-DF), que reconhece a educação básica e a educação superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais e estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais. Tramita no Senado Federal e aguarda votação em plenário.

INDÍGENAS

PEC 215/2000, de autoria do ex-deputado Almir Sá (PPB-RR), trata da demarcação de terras indígenas. Tramita na Câmara dos Deputados.

PL 490/2007, de autoria do deputado Homero Pereira (PR-MT), determina que as terras indígenas sejam demarcadas por meio de leis. Tramita na Câmara dos Deputados.

LGBTFOBIA

PL 7582/2014, de autoria da Maria do Rosário (PT-RS), que define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los. Tramita na Câmara dos Deputados, aguarda indicação de relator na CCJ.

MORADIA

PEC 285/2008, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e outros, que trata da ampliação de recursos para moradias populares. Tramita na Câmara dos Deputados.

RACISMO

PL 4373/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que classifica como crime de racismo a injúria racial. Aprovado no Senado Federal, na Câmara dos Deputados foi apensado ao PL 6418/2005 e aguarda votação em plenário.

PL 5231/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que veda a conduta de agente público ou de profissional de segurança privada fundada em preconceito de qualquer natureza. Aprovado no Senado Federal, em tramitação na Câmara dos Deputados.

PL 4656/2020, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que estende por mais dez anos a vigência da política de cotas no acesso às instituições de educação superior. Tramita no Senado Federal.

PEC 33/2016, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e outros, que cria o Fundo de Promoção da Igualdade Racial. Tramita no Senado Federal.

PLS 239/2016, de autoria da CPI do Assassinato de Jovens, que atualiza as normas sobre o exame de corpo de delito e perícias criminais. Tramita no Senado Federal.

PLS 787/2015, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que inclui no Código Penal a previsão de agravantes para crimes praticados por motivo de racismo.

REDUÇÃO DA POBREZA

PL 5343/2020, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), institui a Lei de Responsabilidade Social para estabelecer normas de responsabilidade social para a redução da pobreza. Tramita no Senado Federal.

SAÚDE

PL 2564/2020, de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE-ES), que trata do piso salarial dos enfermeiros. Aprovado no Senado Federal aguarda deliberação da Câmara dos Deputados.

TRABALHO INFANTIL

PL 6895/2017, de autoria do senador Paulo Rocha (PT-PA), para caracterizar como crime a exploração do trabalho infantil. Tramita na Câmara dos Deputados.

PL 4241/2021, de autoria do deputado Gilson Marques (NOVO-SC), cria a Lei de Incentivo à Efetivação do Aprendiz. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para acrescentar os parágrafos 4º e 5º ao artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho. Tramita apensado ao PL 5337/2013 que aguarda constituição temporária.

PEC 18/2011, de autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), que autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade. Tramita na Câmara dos Deputados apensada a PEC 2/2020, de autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), para ampliar para quatorze anos a idade mínima para o exercício de trabalho diurno e não insalubre ou perigoso. Aguarda deliberação da CCJC.

LEGALIZAÇÃO DOS JOGOS

PL 442/1991, de autoria do ex-deputado Renato Vianna (MDB-SC), que trata da legalização dos jogos, bingo e abertura de cassinos no País. O texto alterado pelo relator estabelece parâmetro para abertura e liberação das casas de jogos nos estados, para os cassinos relativos a quantidade de habitantes e destinados a cidades turísticas. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e segue para análise do Senado Federal.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PLS 172/2014, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que permite que as aposentadorias por tempo de contribuição, especial e por idade, concedidas pela Previdência Social, sejam renunciadas por seus beneficiários. A proposta aguarda votação no plenário da Casa.

COMBUSTÍVEIS

PEC 1/2022, de autoria do senador Carlos Fávaro e outros, que altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, para dispor sobre a concessão temporária de auxílio diesel a caminhoneiros autônomos, de subsídio para aquisição de gás liquefeito de petróleo pelas famílias de baixa renda brasileiras e de repasse de recursos da União com vistas a garantir a mobilidade urbana dos idosos, mediante a utilização dos serviços de transporte público coletivo, e autorizar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a reduzirem os tributos sobre os preços de diesel, biodiesel, gás e energia elétrica, bem como outros tributos de caráter extrafiscal. Aguarda deliberação do Senado Federal.

COMBUSTÍVEIS

PL 1472/2021, de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que estabelece diretrizes para a política de preços de venda de gasolina, diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP), determina que os preços internos praticados por produtores e importadores tenham como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação, estabelece alíquotas progressivas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto e cria o Fundo de Estabilização, para estabilizar os preços de derivados de petróleo. A proposta aguarda votação no plenário do Senado e está sob a relatoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN).

PLP 11/2020, de autoria do deputado Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT), que altera a Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis com objetivo de reduzir o valor final dos combustíveis. O parecer do relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN) foi aprovado e a matéria foi transformada na Lei Complementar 192/2022.

AUTOMAÇÃO E TECNOLOGIA

PL 21/2020, de autoria do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), que cria o marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA) pelo poder público, por empresas, entidades diversas e pessoas físicas. A proposição estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA e estabelece que o uso da inteligência artificial terá como fundamento o respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos, a igualdade, a não discriminação, a pluralidade, a livre iniciativa e a privacidade de dados. A proposta foi aprovada na Câmara e aguarda votação no Senado Federal.

AUTOMAÇÃO E TECNOLOGIA

PL 2302/2019, de autoria do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), Vinicius Poit (NOVO-SP) e outros, que revoga a Lei 9.956, de 12 de janeiro de 2000 e permite o funcionamento de bombas de autosserviço operadas pelo próprio consumidor nos postos de abastecimento de combustíveis, em todo o território nacional. A proposta aguarda votação na Comissão de Des envolvimento Indústria, Comércio e Serviço do parecer do relator, deputado Augusto Coutinho (SOLIDARIEDADE-PE) pela rejeição da matéria.

ANEXO 1

**AGENDA LEGISLATIVA PRIORITÁRIA DO GOVERNO
FEDERAL 2022**

Apesar de 2022 ser ano de eleição, quando as votações no Congresso Nacional tendem a diminuir, o governo Jair Bolsonaro declarou realizar um esforço junto à sua base no legislativo para votação de uma agenda prioritária que avança ainda mais sobre direitos dos trabalhadores, em particular, e da sociedade, em geral.

As prioridades do governo foram publicadas na Portaria 667/2022 que apresentou a “Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal 2022” com 39 proposições em tramitação e mais seis temas que estão em fase de formulação no Poder Executivo. A agenda está dividida em 10 partes e traz como prioridade na área econômica, a privatização dos correios; ambiental, a flexibilização do licenciamento ambiental; agricultura, a liberação do uso de agrotóxico; e na segurança, a liberação do armamento.

Completa essa agenda os estudos e as propostas do Grupo de Altos Estudos do Trabalho (GAET) entregue ao Ministério do Trabalho e Previdência (MPT) que já conta com propostas em tramitação no Congresso Nacional sob a ótica, na concepção do governo, da “modernização das relações trabalhistas e matérias correlatas” em 4 áreas temáticas: 1) economia do trabalho; 2) direito do trabalho e segurança jurídica; 3) trabalho e previdência; e 4) liberdade sindical.

Essas propostas aprofundam as contrarreformas Trabalhista e Sindical, configurada na Lei 13.467/17 e já estiveram presentes nas medidas provisórias 873, 881 e 905, e, durante a pandemia, com as MP 927, 936, 1.045 e 1.046, com matérias estranhas (jabutis), com a finalidade de flexibilizar e desregular a legislação trabalhista. Matérias combatidas pelo movimento sindical.

ITEM	DESCRIÇÃO	MATÉRIA	EMENTA	CASA
ECONÔMICO				
1	Marco de Garantias	PL 4188/2021	Dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de valores das contas únicas e específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da composição do Conselho Nacional de Seguros Privados, e altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.	Câmara dos Deputados
2	Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços	PL 3887/2020	Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal.	Câmara dos Deputados
3	Imposto sobre Operações com Bens e Serviços	PEC 110/2019	Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.	Senado Federal
4	Imposto de Renda	PL 2337/2021	NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e demais.	Senado Federal
5	Correios	PL 591/202	Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, e demais.	Senado Federal
CUSTO BRASIL				
6	ICMS-Combustíveis	PLP 11/2020	Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para dispor sobre substituição tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações com combustíveis.	Senado Federal
7	Identificação civil nacional	PL 3228/2021	Altera a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional - ICN.	Câmara dos Deputados

ITEM	DESCRIÇÃO	MATÉRIA	EMENTA	CASA
8	Representação privada de interesses	PL 4391/2021. Apensado ao PL 1202/2007.	Dispõe sobre a representação privada de interesses realizada por pessoas naturais ou jurídicas junto a agentes públicos.	Câmara dos Deputados
9	Registros Públicos	MP 1085/2021	Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP, de que trata o art. 37 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 11.977, de 2009, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.	Comissão Mista do Congresso Nacional
SOCIAL				
10	Benefício Extra Auxílio Brasil	MP 1076/2021	Institui o Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.	Câmara dos Deputados
11	Marco Temporal terras indígenas	PL 490/2007	Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.	Câmara dos Deputados
12	Acessibilidade / Leitura	PL 4315/2021. Apensado ao PL 751/2007	Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispor sobre a facilitação do acesso, em formatos acessíveis, a obras publicadas às pessoas com deficiência ou dificuldade para perceber, manusear ou ler textos, conforme o Tratado de Marrakeche, promulgado pelo Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018.	Câmara dos Deputados
13	Contrato Verde e Amarelo	PL 6160/2019	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a utilização do seguro-garantia em substituição aos depósitos recursais trabalhistas, a Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, e disciplina o procedimento de homologação de acordo extrajudicial no Contrato de Trabalho Verde e Amarelo.	Câmara dos Deputados
AMBIENTAL				
14	Recursos para ações de fiscalização ambiental e reflorestamento	PL 4847/2019	Altera as Leis nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, para estabelecer o perdimento administrativo de bens utilizados na prática de infrações ambientais, bem como a destinação desses bens e a aplicação dos valores decorrentes de sua alienação.	Senado Federal

ITEM	DESCRIÇÃO	MATÉRIA	EMENTA	CASA
15	Licenciamento ambiental	PL 3729/2004	Dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e 9.985, de 18 de julho de 2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988; e dá outras providências.	Senado Federal
16	Política Nacional sobre a Mudança do Clima	PL 6539/2019	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde e dá outras providências.	Câmara dos Deputados
17	Mercado de Carbono	PL 528/2021. Apensado ao PL 290/2020.	Regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), determinado pela Política Nacional de Mudança do Clima - Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.	Câmara dos Deputados
18	Concessões Florestais	PL 5518/2020	Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, para conferir maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais.	Câmara dos Deputados
SEGURANÇA E DEFESA				
19	Veda a saída temporária	PL 360/2021. Apensado ao PL 5530/2019.	Altera a Lei de Execuções Penais para excluir a possibilidade de concessão de saída temporária.	Câmara dos Deputados
20	Porte de armas (categorias)	PL 6438/2019	Sistema Nacional de Armas - Sinarm. Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados
21	Armas - CAC	PL 3723/2019	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos das Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 7.170, de 14 de dezembro de 1983.	Senado Federal
22	Auxílio-reclusão	PEC 3/2019	Altera a redação do art. 201 da Constituição Federal, para extinguir o auxílio-reclusão.	Senado Federal
23	Maioridade Penal	PEC 115/2015	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.	Senado Federal
24	Pedofilia / crime hediondo	PL 1776/2015	Inclui no rol de Crimes Hediondos os Crimes de Pedofilia.	Câmara dos Deputados

ITEM	DESCRIÇÃO	MATÉRIA	EMENTA	CASA
25	Abuso sexual / confiança	PL 3780/2020	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para estabelecer medidas contra o abuso sexual praticado por ministros de confissões religiosas, profissionais das áreas de saúde ou de educação e por quaisquer pessoas que se beneficiem da confiança da vítima ou de seus familiares para praticar tais crimes, quando a vítima for menor de dezoito anos ou incapaz.	Câmara dos Deputados
AGRICULTURA				
26	Defensivos Agrícolas ou Lei do Alimento Mais Seguro	PL 6299/2002	Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados
27	Autocontrole na Produção de Alimentos	PL 1293/2021	Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuario, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabeleçam penalidades e sanções.	Câmara dos Deputados
28	Regularização Fundiária	PLS 510/2021 (PL 2633/2020)	Altera as Leis nºs 11.952, de 25 de junho de 2009, 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária, e dá outras providências.	Senado Federal
MINERAÇÃO				
29	Mineração em Terras Indígenas	PL 191/2020	Institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Regula o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.	Câmara dos Deputados

ITEM	DESCRIÇÃO	MATÉRIA	EMENTA	CASA
EDUCAÇÃO				
30	Programa Internet Brasil	MP 1077/2021	Institui o Programa Internet Brasil no âmbito do Ministério das Comunicações, com a finalidade de promover o acesso gratuito à internet em banda larga móvel aos alunos da educação básica da rede pública de ensino integrantes de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.	Comissão Mista do Congresso Nacional
31	Renegociação e perdão de dívidas do FIES	MP 1090/2021	Estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009.	Comissão Mista do Congresso Nacional
32	Homeschooling	PL 2401/2019. Apensado ao PL 3179/2012	Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Câmara dos Deputados
33	Progressão Continuada	PL 6/2020	Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para tornar ilegal a progressão continuada em escolas de todo país, abolindo a organização por ciclos.	Câmara dos Deputados
INFRAESTRUTURA				
34	Voo Simples	MP 1089/2021	Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para dispor sobre o transporte aéreo	Comissão Mista do Congresso Nacional
35	Modernização do Setor Elétrico	PL 414/2021	Altera as Leis nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, para aprimorar o modelo regulatório e comercial do setor elétrico com vistas à expansão do mercado livre, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados
36	Debêntures de Infraestrutura	PL 2646/2020	Altera a Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, para dispor sobre a redução na alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações que menciona.	Senado Federal

ITEM	DESCRIÇÃO	MATÉRIA	EMENTA	CASA
SAÚDE				
37	Controle de qualidade de medicamentos	PLS 589/2021	Dispõe sobre medidas de controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro.	Câmara dos Deputados
38	Rastreamento de medicamentos	PL 2552/2021	Altera a Lei nº 11.903, de 14 de janeiro de 2009, que "dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados", para prorrogar o prazo de implementação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.	Câmara dos Deputados
39	Incorporação de tecnologias ao SUS	PL 1613/2021	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre os processos de incorporação de tecnologias ao Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a utilização, pelo SUS, de medicamentos cuja indicação de uso seja distinta daquela aprovada no registro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).	Câmara dos Deputados

EM FORMULAÇÃO NO EXECUTIVO				
ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES		
40	Retaguarda Jurídica dos Policiais	Visa conferir maior amparo jurídico aos integrantes dos órgãos de que trata o art. 144 da Constituição.		
41	Direito das vítimas	Dispõe sobre as garantias mínimas das vítimas de crimes.		
42	Proagro e Prêmio Seguro Rural	Dispõe sobre a integração do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e do Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR); altera dispositivos da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003; e revoga o Capítulo XVI da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. (EMI 443/20)		
43	Mineração em faixa de fronteira	Dispõe sobre a Mineração na Faixa de Fronteira. (EMI 21/2020)		
44	Microcrédito	Dispõe sobre a ampliação do acesso aos Programas de Microcrédito no país.		
EM FORMULAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL				
45	Tributos federais incidentes sobre o diesel	Autorização para a redução temporária de impostos sobre o diesel para enfrentar as consequências socioeconômicas da pandemia da COVID-19.		

**ANEXO 2
RELAÇÃO DOS PRESIDENTES E LÍDERES PARTIDÁRIOS NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS, NO SENADO FEDERAL E NO CONGRESSO NACIONAL**

CÂMARA DOS DEPUTADOS							
CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL	
Presidente da Câmara	Arthur Lira	PP	AL	Gabinete 942 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5942 (61) 3215-8000	presidencia@camara.leg.br	
Liderança do Governo	Ricardo Barros	PP	PR	Anexo II, Sala 107, Corredor da Taquígrafia	(61) 3215-9001	lid.govcamara@camara.leg.br	
Vice-liderança do Governo	José Medeiros	PODE	MT	Gabinete 335 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5335	dep.josemedeiros@camara.leg.br	
Liderança da Maioria	Diego Andrade	PSD	MG	Ed. Principal, Pavimento Superior, Ala E, Sala 5	(61) 3215-9300	lid.maioria@camara.leg.br	
Vice-liderança da Maioria	Cacá Leão	PP	BA	Gabinete 320 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5320	dep.cacaleao@camara.leg.br	
Liderança da Minoria	Alencar Santana Braga	PT	SP	Anexo II, Sala 125 B	(61) 3215-9820	lid.min@camara.leg.br	
Vice-Liderança da Minoria	Jandira Feghali	PCdoB	RJ	Gabinete 622 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5622	dep.jandirafeghall@camara.leg.br	
Liderança da Oposição	Wolney Queiroz	PDT	PE	Anexo II, Piso Superior, Espaço do Servidor	(61) 3215-1304	dep.wolneyqueiroz@camara.leg.br	
Vice-liderança da Oposição	Tadeu Alencar	PSB	PE	Gabinete 820 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5820	dep.tadeualencar@camara.leg.br	
UNIÃO BRASIL	Elmar Nascimento	UNIÃO	BA	Edifício Principal	(61) 3215-5935	dep.elmarnascimento@camara.leg.br	

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Vice-UNIÃO	Alexandre Leite	UNIÃO	SP	Gabinete 841 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5841	dep.alexandreleite@camara.leg.br
PT	Reginaldo Lopes	PT	MG	Ed. Principal, Térreo	(61) 3215-9102	lid.pt@camara.leg.br
Vice-PT	Rui Falcão	PT	SP	Gabinete 819 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5819	dep.ruifalcao@camara.leg.br
PL	Altineu Côrtes	PL	RJ	Anexo II, Sala 122, Ala das Lideranças	(61) 3215-9550	lid.pl@camara.leg.br
Vice-PL	Giovani Cherini	PL	RS	Gabinete 872 - Anexo III - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5872	dep.giovanicherini@camara.leg.br
PP	André Fufuca	PP	MA	Ed. Principal, Pavimento Superior, Ala B, Sala 11	(61) 3215-9426	lid.pp@camara.leg.br
Vice-PP	Margarete Coelho	PP	PI	Gabinete 210 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5210	dep.margaretecoelho@camara.leg.br
PSD	Antonio Brito	PSD	BA	Anexo II, Pavimento Superior, Espaço Serv Servidor	(61) 3215-9064 (61) 3215-9065	lid.psd@camara.leg.br
Vice-PSD	Hugo Leal	PSD	RJ	Gabinete 631 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5631	dep.hugoleal@camara.leg.br
MDB	Isnaldo Bulhões Jr.	MDB	AL	Ed. Principal, Pavimento Superior, Ala B, Sala 03	(61) 3215-9181 (61) 3215-9180	lid.mdb@camara.leg.br
Vice-MDB	Hildo Rocha	MDB	MA	Gabinete 734 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5734	dep.hildorochoa@camara.leg.br
PSDB	Adolfo Viana	PSDB	BA	Ed. Principal, Térreo, Ala B, Sala 11	(61) 3215-9345 (61) 3215-9346	lid.psdb@camara.leg.br
Vice-PSDB	Samuel Moreira	PSDB	SP	Gabinete 921 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5921	dep.samuelmoreira@camara.leg.br

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
REPUBLICANOS	Vinicius Carvalho	REPUBLICANOS	SP	Anexo IV, Sala 18, Subsolo	(61) 3215-9880 (61) 3215-9882 (61) 3215-9884	lid.prb@camara.leg.br
Vice-Republicanos	Gil Cutrim	REPUBLICANOS	MA	Gabinete 385 - Anexo III - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5385	dep.gilcutrim@camara.leg.br
PSB	Bira do Pindaré	PSB	MA	Anexo II, Salas 114 a 118	(61) 3215-9650	lid.psb@camara.leg.br
Vice-PSB	Elias Vaz	PSB	GO	Gabinete 303 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5303	dep.eliasvaz@camara.leg.br
PDT	André Figueiredo	PDT	CE	Ed. Principal, Ala Superior, Sala 12	(61) 3215-9700 (61) 3215-9701 (61) 3215-9703	lid.pdt@camara.leg.br
Vice-PDT	Afonso Motta	PDT	RS	Gabinete 528 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5528	dep.afonsomotta@camara.leg.br
SOLIDARIEDADE	Lucas Vergilio	SOLIDARIEDADE	GO	Anexo II, Ala B, Sala 178	(61) 3215-9980 (61) 3215-9981	lid.solidariedade@camara.leg.br
Vice- SOLIDARIEDADE	Dr. Leonardo	SOLIDARIEDADE	MT	Gabinete 445 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5445	dep.dr.leonardo@camara.leg.br
PROS	Uldurico Junior	PROS	BA	Anexo II, Ala B, Sala 179, Piso Superior	(61) 3215-9990	lid.pros@camara.leg.br
Vice-PROS	Welliton Prado	PROS	MG	Gabinete 250 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5250	dep.wellitonprado@camara.leg.br
PTB	Marcelo Moraes	PTB	RS	Ed. Principal, Sala T14	(61) 3215-9502 (61) 3215-9503	lid.ptb@camara.leg.br

AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridades para 2022: Emprego, Direitos, Democracia e Vida

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
PODE	Igor Timo	PODE	MG	Anexo IV, Subsolo, 76	(61) 3215-8900	lid.pode@camara.leg.br
Vice-PODE	José Nelto	PODE	GO	Gabinete 703 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5703	dep.josenelto@camara.leg.br
PSOL	Sâmia Bomfim	PSOL	SP	Anexo II, Ala C, Sala 116	(61) 3215-9835	lid.psol@camara.leg.br
Vice-PSOL	Vivi Reis	PSOL	PA	Gabinete 471 - Anexo III - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5471	dep.vivireis@camara.leg.br
PSC	Euclydes Pettersen	PSC	MG	Anexo I, 16º andar, sala 1606	(61) 3215-9762 (61) 3215-9771 (61) 3215-9761	lid.psc@camara.leg.br
NOVO	Tiago Mitraud	NOVO	MG	Anexo IV, Subsolo, Sala 35	(61) 3215-9417	liderancanovo@camara.leg.br
Vice-NOVO	-	-	-	-	-	-
AVANTE	Sebastião Oliveira	AVANTE	PE	Anexo IV, Subsolo, Sala 70	(61) 3215-5632	lid.avante@camara.leg.br
Vice-AVANTE	Leda Sadala	AVANTE	AP	Gabinete 611 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5611	dep.ledasadala@camara.leg.br
CIDADANIA	Alex Manente	CIDADANIA	SP	Anexo II, Térreo, Ala A, Sala 23	(61) 3215-9600	lid.cidadania@camara.leg.br
Vice-CIDADANIA	-	-	-	-	-	-
PCdoB	Renildo Calheiros	PCdoB	PE	Anexo II, Subsolo, Sala T12	(61) 3215-9732	lid.pcdoB@camara.leg.br

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Vice-PCdoB	Alice Portugal	PCdoB	BA	Gabinete 420 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5420	dep.aliceportugal@camara.leg.br
PATRIOTA	Fred Costa	PATRIOTA	MG	Anexo IV, Subsolo, Sala 50	(61) 3215-9861	lid.patriota@camara.leg.br
Vice-Patriota	Dr. Frederico	PATRIOTA	MG	Gabinete 673 - Anexo III - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5673	dep.dr.frederico@camara.leg.br
PV	Enrico Misasi	PV	SP	Anexo I, 23º andar, Sala 2310	(61) 3215-9790 Fax (61) 3215-9794	lid.pv@camara.leg.br
Vice-PV	-	-	-	-	-	-
REDE	Joenia Wapichana	REDE	RR	Anexo IV, Gab. 231	(61) 3215-5231	lid.rede@camara.leg.br
Bloco PSC e PTB	Euclides Pettersen	PSC	MG	Gabinete 456 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5456	dep.euclidespettersen@camara.leg.br
Vice do Bloco	Marcelo Moraes	PTB	RS	Gabinete 258 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5258	dep.marcelomoraes@camara.leg.br
Bloco NOVO, CIDADANIA, PV	Tiago Mitraud	NOVO	MG	Gabinete 544 - Anexo IV - Câmara dos Deputados	(61) 3215-5544	dep.tiagomitraud@camara.leg.br

SENADO FEDERAL							
CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL	
Presidente do Senado	Rodrigo Pacheco	PSD	MG	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 24	(61) 3303-2794 (61) 3303-2795	sen.rodrigopacheco@senado.leg.br	
Liderança da Bancada Feminina	Eliziane Gama	CIDADANIA	MA	Senado Federal Anexo 2 Pavimento Térreo	(61) 3303-6741 (61) 3303-6703	sen.elizianegama@senado.leg.br	
Liderança da Minoria	Jean Paul Prates	PT	RN	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 03	(61) 3303-1777 (61) 3303-1884	sen.jeanpaulprates@senado.leg.br	
Liderança da Oposição	Randolfe Rodrigues	REDE	AP	Senado Federal Anexo 1 9º Pavimento	(61) 3303-6777 (61) 3303-6568	sen.randolferodrigues@senado.leg.br	
Liderança da Maioria	Renan Calheiros	MDB	AL	Senado Federal Anexo 1 15º Pavimento	(61) 3303-2261	sen.renancalheiros@senado.leg.br	
Vice-liderança da Maioria	Kátia Abreu	PP	TO	Senado Federal Anexo 1 6º Pavimento	(61) 3303-2464 (61) 3303-2708 (61) 3303-5771 (61) 3303-2466	sen.katiaabreu@senado.leg.br	
Liderança do Governo	Eduardo Gomes	MDB	TO	Senado Federal Anexo 1 5º Pavimento	(61) 3303-6349 (61) 3303-6352	sen.eduardogomes@senado.leg.br	
Vice-liderança do Governo	Elmano Férrer	PP	PI	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 06	(61) 3303-2415 (61) 3303-3055 (61) 3303-1015	sen.elmanoferrer@senado.leg.br	

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLIC)	Mailza Gomes	PP	AC	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 14	(61) 3303-1357 (61) 3303-1367	sen.mailzagomes@senado.leg.br
MDB	Eduardo Braga	MDB	AM	Senado Federal Anexo 1 12º Pavimento	(61) 3303-6230	sen.eduardobraga@senado.leg.br
Vice-MDB	Marcelo Castro	MDB	PI	Senado Federal Anexo 2 Ala Afonso Arinos Gabinete 01	(61) 3303-6130 (61) 3303-4078	sen.marcelocastro@senado.leg.br
PP	Daniella Ribeiro	PP	PB	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 13	(61) 3303-6788 (61) 3303-6790	sen.daniellaribeiro@senado.leg.br
Vice-PP	Elmano Férrer	PP	PI	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 06	(61) 3303-2415 (61) 3303-3055 (61) 3303-1015	sen.elmanoferrer@senado.leg.br
REPUBLIC	Mecias de Jesus	REPUBLIC	RR	Senado Federal Anexo 2 Ala Ruy Carneiro Gabinete 02	(61) 3303-5291 (61) 3303-5292	sen.meciasdejesus@senado.leg.br
Bloco Parlamentar PODE, PSDB e PSL	Lasier Martins	PODE	RS	Senado Federal Anexo 2 Ala Alexandre Costa Subsolo Gabinete 03	(61) 3303-2323 (61) 3303-2329	sen.lasiermartins@senado.leg.br

AGENDA LEGISLATIVA DAS CENTRAIS SINDICAIS NO CONGRESSO NACIONAL

Prioridades para 2022: Emprego, Direitos, Democracia e Vida

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Vice do Bloco	Rodrigo Cunha	PSDB	AL	Senado Federal Anexo 2 Ala Afonso Arinos Gabinete 07	(61) 3303-6083	sen.rodrigocunha@senado.leg.br
PODE	Alvaro Dias	PODE	PR	Senado Federal Anexo 2 Ala Nilo Coelho 1º Pavimento Gabinete 10	(61) 3303-4059 (61) 3303-4060	sen.alvarodias@senado.leg.br
Vice-PODE	Oriovisto Guimarães	PODE	PR	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 25	(61) 3303-1635	sen.oriovistoguimaraes@senado.leg.br
PSDB	Izalci Lucas	PSDB	DF	Senado Federal Anexo 1 11º Pavimento	(61) 3303-6049 (61) 3303-6050	sen.izalcilucas@senado.leg.br
Vice-PSDB	Mara Gabrilli	PSDB	SP	Senado Federal Edifício Principal 1º Andar Gabinete 05	(61) 3303-2191	sen.maragabrilli@senado.leg.br
PSL	Soraya Thronicke	PSL	MS	Senado Federal Edifício Principal Ala Dinarte Mariz Gabinete 01	(61) 3303-1775	sen.sorayathronicke@senado.leg.br
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL e PSC)	Wellington Fagundes	PL	MT	Senado Federal Anexo 1 19º Pavimento	(61) 3303-6219 (61) 3303-3778 (61) 3303-6221 (61) 3303-3772 (61) 3303-6213 (61) 3303-3775	sen.wellingtonfagundes@senado.leg.br

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Vice-Bloco	Jorginho Mello	PL	SC	Senado Federal Anexo 2 Ala Tancredo Neves Gabinete 50	(61) 3303-2200	sen.jorginhomello@senado.leg.br
DEM	-	-	-	-	-	-
PL	Carlos Portinho	PL	SC	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 19	(61) 3303-6640 (61) 3303-6613	sen.carlosportinho@senado.leg.br
Vice-PL	Jorginho Mello	PL	SC	Senado Federal Anexo 2 Ala Tancredo Neves Gabinete 50	(61) 3303-2200	sen.jorginhomello@senado.leg.br
PSC	Zequinha Marinho	PSC	PA	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 18	(61) 3303-6623	sen.zequinhamarinho@senado.leg.br
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT e PROS)	Zenaide Maia	PROS	RN	Senado Federal Anexo 1 8º Pavimento	(61) 3303-2371 (61) 3303-2372 (61) 3303-1813	sen.zenaidemaia@senado.leg.br
PT	Paulo Rocha	PT	PA	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 08	(61) 3303-3800	sen.paulorocha@senado.leg.br

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Vice-PT	Rogério Carvalho	PT	SE	Senado Federal Anexo 2 Ala Teotônio Vilela Gabinete 12	(61) 3303-2201 (61) 3303-2203	sen.rogeriocarvalho@senado.leg.br
PROS	Telmário Mota	PROS	RN	Senado Federal Anexo 2 Ala Ruy Carneiro Gabinete 03	(61) 3303-6315	sen.telmariomota@senado.leg.br
Vice-PROS	Zenaide Maia	PROS	RN	Senado Federal Anexo 1 8º Pavimento	(61) 3303-2371 (61) 3303-2372 (61) 3303-1813	sen.zenaidemaia@senado.leg.br
PSD	Nelsinho Trad	PSD	MS	Senado Federal Anexo 1 24º Pavimento	(61) 3303-6767 (61) 3303-6768	sen.nelsinhotrad@senado.leg.br
Vice-PSD	Omar Aziz	PSD	AM	Senado Federal Anexo 2 Ala Filinto Müller Gabinete 01	(61) 3303-6579	sen.omaraziz@senado.leg.br
PDT	Cid Gomes	PDT	CE	Senado Federal Anexo 1 10º Pavimento	(61) 3303-6460 (61) 3303-6399	sen.cidgomes@senado.leg.br
CIDADANIA	Alessandro Vieira	CIDADANIA	SE	Senado Federal Anexo 2 Ala Afonso Arinos Gabinete 08	(61) 3303-9011 (61) 3303-9014 (61) 3303-9019	sen.alessandrovieira@senado.leg.br

CARGO	PARLAMENTAR	PARTIDO	UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
Vice-CIDADANIA	Eliziane Gama	CIDADANIA	MA	Senado Federal Anexo 2 Pavimento Térreo	(61) 3303-6741 (61) 3303-6703	sen.elizianegama@senado.leg.br
REDE	Randolfe Rodrigues	REDE	AP	Senado Federal Anexo 1 9º Pavimento	(61) 3303-6777 (61) 3303-6568	sen.randolferodrigues@senado.leg.br